

pode tirar o sono de militares do Terceiro Mundo, embora ele mesmo se encarregue de mostrar os limites da ação americana no Golfo. Afinal, a pontaria da “guerra espacial” não foi assim tão certa e lutar no deserto plano e árido é mais fácil que em qualquer outro terreno. Além disso, Saddam Hussein não é nenhum gênio militar. Por fim, como foi recentemente revelado, mesmo o magnífico espetáculo televisivo de interceptação de um míssil iraquiano foi, na verdade, um artefato americano que explodiu a meio caminho.

Mais eficaz do que os armamentos foi a transformação da doutrina dos estados “malvados” em dogma da estratégia americana no pós-guerra fria. Desde seus discursos de campanha, Bill Clinton deixara claro que, neste aspecto, seu governo nada mudaria em relação ao de George Bush. O texto é coroadado com reflexões sobre as reais ameaças do mundo caótico do pós-guerra fria e com uma discussão sobre quais deveriam ser efetivamente as preocupações estratégicas em um mundo voltado para a paz:

o controle do comércio de armas, a retomada do desenvolvimento e o isolamento dos estados que se recusassem a cumprir uma agenda de superação da discórdia mundial, na véspera do terceiro milênio.

Exatamente o caminho oposto ao seguido pelos Estados Unidos na última década. A recente operação no Iraque parece ter sido apenas mais um capítulo da novela que poderíamos chamar “Em busca de um inimigo” — cujo enredo requer a presença de consumados vilões, a justificar não apenas a existência do xerife, como o constante aprimoramento dos mísseis que leva no coldre. Em referência à anterior “Tempestade no Deserto”, a operação de dezembro de 1998 se chamou “Raposa do Deserto”. Esperam-se para breve as seqüências. Afinal, pelo menos no Congresso americano, o filme tem alcançado seguro sucesso. O custo total das entradas para a população americana: 12 bilhões de dólares, só no próximo ano fiscal. Nem Spielberg podia esperar tanta bilheteria.

Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional

A revolução invencível — Cartas e comunicados. Boitempo Editorial.
Nildo Domingos Ouriques (Professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina)

No dia 1º de janeiro de 1994, no exato momento em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio, Nafta entre os Estados Unidos, o México e o Canadá, surgiu na cena política mexicana o

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os “mascarados” ocuparam cinco cidades do Estado de Chiapas, ao sul do México, decretando guerra contra o exército mexicano, exigindo a renúncia

do presidente Carlos Salinas de Gortari e convocando a “sociedade civil” para superar o sistema de partido de estado que há 70 anos monopolizava o poder.

A rebelião era surpreendente por dupla razão. Em primeiro lugar porque o México havia sido apresentado internacionalmente naquele período (1988 a 1994) como o modelo de país dependente que deixava para trás uma história de fracassos e impossibilidades, inaugurando um novo período de prosperidade na história latino-americana e universal. O TLC, a entrada na OCDE, o controle inflacionário, a eliminação dos artigos considerados antimercado da constituição revolucionária de 1917 e o anúncio de uma “transição à democracia” por aqueles que dominavam o poder nos últimos 70 anos (PRI), indicavam a existência de um mega processo de reformas que consolidavam a supremacia do mercado e da democracia parlamentar como sistemas com capacidade de auto renovação.

Em segundo lugar, a erupção da guerrilha zapatista neste contexto — a época da “utopia desarmada” como arriscou um conhecido cientista político das elites — não passaria então de uma manifestação tardia dos tempos revolucionários cujo fracasso seria inevitável como vaticinou, entre outros, Octávio Paz, o Prêmio Nobel de literatura, acompanhando a maioria dos intelectuais “progressistas”.

Contudo, a simpatia popular em relação ao EZ(eta) como diziam os mexicanos, era a cada dia mais intensa e manifestou-se com contundência quando o governo decidiu resolver o conflito pela via militar e iniciou os bombardeios nas áreas sob controle zapatista ou em comunidades indígenas na Selva Lacandona. A reação nas cidades foi

imediate: milhares de pessoas manifestavam-se na Cidade do México em favor da paz e pela solução política do conflito.

O que fez com que uma guerrilha de composição indígena, limitada a um dos estados mais pobres do país despertasse tamanha simpatia? Alguns consideravam que o “México profundo” manifestava-se finalmente e que cinco séculos de opressão e exploração teriam, um dia, resposta; outros afirmavam que o país ainda possuía 14% de sua população indígena e que rebeliões desse tipo eram naturais diante de suas conhecidas “carências”. Contudo, causava certo espanto que a guerrilha zapatista reconhecendo-se indígena, recusava o “beco antropológico” a que o regime lhe empurrava. Apresentava, em oposição, um conjunto de exigências políticas entre as quais a renúncia do então presidente Carlos Salinas de Gortari, denunciando a origem fraudulenta de sua eleição e o desastre nacional produzido pelo programa econômico implementado (“neoliberalismo”).

Suas palavras — a “dos homens armados de verdade e fogo” como se autodefiniam — perguntavam: quanto vale um índio no mercado mundial? No mesmo diapasão respondiam: o TLC é um atestado de óbito para as comunidades indígenas.

A mobilização popular e as pressões internacionais conseguiram bloquear a tentativa de extermínio militar da rebelião indígena. O governo foi forçado a iniciar um interminável processo de negociação com o qual nunca esteve de acordo e contra o qual mobilizou todos seus recursos, sabotando-o de maneira permanente. Mas a via militar não foi e nem será abandonada: a região está

ocupada por 70 mil homens do exército mexicano, parte de um programa de contra-insurgência dirigido por Washington cujas conseqüências eram óbvias: violação permanente dos direitos humanos, massacres de comunidades inteiras (Acteal, por exemplo), organização de grupos paramilitares, desaparecimentos de líderes populares, prisões, tortura, etc. Tudo muito longe da idéia tão irresponsavelmente difundida de uma guerrilha que não dispara um tiro e cuja eficácia nasce do bom uso da palavra e dos recursos eletrônicos, tipo Internet. Uma “guerrilha virtual” definiu o ex-chanceler Angel Gurria, atual ministro das finanças e homem de confiança dos banqueiros. Compreende-se a operação, pois enquanto se admira a poesia de Marcos e suas inegáveis qualidades literárias, oculta-se o fundamental: a tenaz luta zapatista por cada milímetro do solo indígena de Chiapas hoje sob ocupação militar.

De onde nasce então a vitalidade zapatista e como justificar sua vigência nestes últimos 4 anos? Da qualidade literária dos comunicados reconhecida inclusive por Octávio Paz? Ou por que estamos diante de uma guerrilha diferente das demais e, sobretudo, por que esta não “deseja o poder”? O uso dos recursos eletrônicos é mesmo esta arma secreta que lhes permite manter-se em evidência durante tanto tempo? O debate será certamente interminável e as razões para tal podem ser encontradas nas páginas da *Revolução invencível* que Boitempo em boa hora publica no Brasil.

Creio, contudo, que a vitalidade zapatista nasce de seu acerto no diagnóstico da crise mexicana quando o modelo ainda “esbanjava saúde” naquele já distante 1994. Quando quase todos se

curvavam diante dos “fatos” e do êxito da contra-revolução em forma de “neoliberalismo”, os indígenas zapatistas e seu já legendário subcomandante Marcos anunciaram com *um ano de antecendência* seu fracasso total. Como produziram um diagnóstico tão preciso da crise quando todos estavam perplexos diante dos “êxitos” da contra-revolução que transformou o México na pátria do dinheiro? Como, mesmo isolados na Selva Lacandona, puderam observar a crise gigantesca que se avizinhava enquanto os especialistas da quase totalidade das universidades anunciavam vida longa para o sistema de dominação priista e suas intermináveis reformas econômicas?

Distantes do jogo eleitoral, reduzidos a uma parte minúscula do imenso território mexicano, submetidos à violência estrutural das classes dominantes, os indígenas zapatistas abriram uma nova perspectiva para a luta emancipatória no continente. Em seu país, dilataram as margens daquelas transições a que estamos acostumados em todas as latitudes cuja característica mais importante é a ausência do povo no “processo democrático”. Os balaços disparados em janeiro de 94 como também sua resistência ulterior (“nem se vender nem se entregar”), foram indispensáveis para ferir de morte o regime que nesse momento agoniza. Desde o princípio sabiam que colocaram em andamento um processo que é, necessariamente, mais amplo e não pode estar limitado às demandas zapatistas, mas que não será emancipatório se não incluir, com a radicalidade de sua palavra e sua presença, o programa do EZLN.

Os zapatistas seguirão como uma força decisiva no futuro imediato porque

entenderam o “transformismo” operado pelas elites (e por Washington) que pretende mudar para que tudo permaneça igual. Marcos afirmava a propósito: “o sistema não é mais forte nem mais fraco do que ontem. Continua sua contradição e prepara sua mutação para continuar igual...” (p. 116)

Porém, o EZLN ofereceu uma alternativa diante da transição das elites que contagiam milhões em todo o país; inauguram, formas de organização dessa vontade transformadora que incluiu convenções, consultas e frentes de militância (não-parlamentar) que impulsionam essa transformação para além dos limites pretendidos pelas classes dominantes. Sob o lema de “mandar obedecendo”, outorgaram um conteúdo concreto ao conceito “democracia” que não pode mais ser utilizado exclusivamente para dominar as classes subalternas. A força da “palavra dos armados de verdade e fogo” está incorporado à prática política de milhões e

não pode ser eliminada com os conhecidos artifícios utilizados durante décadas no México.

Para nós brasileiros, latino-americanos submetidos a sedutora ideologia eurocentrista, também é chegada a hora de observar o zapatismo como parte da luta da “comunidade de vítimas” produzida pelo programa *recolonizador* em curso (“neoliberalismo”). Os comunicados publicados pela Boitempo Editores são uma pequena e necessária demonstração da força ética dos indígenas zapatistas e da universalidade de sua palavra.

Como escreveu José Saramago, “quando alguém esteve em Chiapas, não sai mais de lá”. A leitura dos comunicados é uma fascinante viagem até terras distantes e ao mesmo tempo tão nossas, que não poderemos mais ver o mundo sem um pouco da “visão zapatista”. Enfim, nos tornamos mais completos, nos descobrimos um pouco mais. E estamos mais aptos para entender e transformar o mundo em que vivemos.

Marcos Del Roio

O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.
Editora Ícone, 1998, 352 p.
Maria Orlanda Pinassi (Professora de Sociologia da Unesp, campus de Araraquara)

Originalmente apresentado como tese de doutoramento, esse livro de Marcos Del Roio constitui um denso estudo histórico, composto de forma bastante criativa nas conceituações que propõe para explicar a “modernidade capitalista”; ao mesmo tempo lança mão de uma linguagem inovadora e provocativa

para analisar o “Ocidente atual, enquanto específica formação sociocultural na história” (p. 19). Não há dúvida de que nele o leitor encontrará um manancial raro de informações e análises calçadas em ampla e paciente pesquisa.

Um ponto, que vem enunciado já no início do livro, parece centralizar as

OURIQUES, Nildo Domingos. Resenha de: DI FELICE, Máximo & MUÑOZ, Cristobal. A revolução invencível: subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional. Cartas e comunicados. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.158-161.

Palavras-chave: Subcomandante Marcos; Exército Zapatista; Revolução; México.